

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2022 a 31/12/2022

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/12

172.2022	Sessão Ordinária - CD	07/12/2022-14:00
Publ.: DCD - 12/8/2022 - 28	Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permissão da implementação do Programa Bolsa Família e definição de regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Defesa de realização de reforma tributária com alcance em todos os setores da cadeia produtiva do País.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passamos por um momento extremamente complexo em nosso País. Ultrapassadas as eleições, retornam ao Congresso Nacional as pautas essenciais ao andamento de nossa Nação. Chamo a atenção do povo brasileiro para a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, conhecida como PEC da Transição ou PEC do estouro, em andamento agora no Senado da República.

É preciso que a sociedade brasileira compreenda com clareza que, para muito além da manutenção do Auxílio Brasil em 600 reais, a nosso sentir, devida, porque compromisso do atual Governo e também compromisso do candidato eleito, nós temos um compromisso também com a responsabilidade fiscal. É preciso que a população brasileira compreenda que a proposta em andamento eleva o teto de gastos públicos em mais 150 bilhões de reais, que, atrelados aos 105 bilhões de reais que já se encontram previstos como ultrapassagem do teto do Orçamento do exercício de 2022 para 2023, nos trará um gasto excedente, um gasto excepcional de aproximadamente 250 bilhões de reais.

É preciso que a população brasileira compreenda com clareza que não se está, portanto, discutindo tão somente a manutenção do Auxílio Brasil em 600 reais. Também estamos discutindo a retirada do teto das receitas das universidades

públicas, das receitas vindas de doação para políticas socioambientais e de cerca de 6,5% daquilo que o Governo arrecadar extra a cada exercício financeiro. Nós podemos, portanto, ultrapassar em mais de 300 bilhões de reais os gastos para além do teto previsto em nossa Constituição Federal.

Compreendo com clareza a relevância dos benefícios sociais, mas não me canso de falar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, da preocupação que me mantém nesta Casa do Povo: a necessidade que temos de adotar políticas públicas que foquem na geração do emprego, na geração de renda. Não existe, repito, nenhum programa social mais relevante do que o trabalho, do que o emprego, e é isso que esta Casa do Povo deve fomentar.

Nós somos presidentes da Frente Parlamentar em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento, que pretende, de fato, maximizar incentivos para que as empresas possam contratar mais, o que deve ser feito, a nosso sentir, com a efetiva reforma tributária, que deve ser a principal medida a ser adotada na legislatura subsequente. Nós devemos entregar à sociedade brasileira uma reforma tributária que garanta, no mínimo, uma simplificação tributária e que também entregue aquilo que entendemos e reputamos essencial para a geração e a manutenção de empregos em nosso País, que é a desoneração da folha de pagamentos, hoje estendida a apenas 17 setores, mas que queremos, com a efetiva reforma tributária, que seja estendida a todos os setores da cadeia produtiva brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 2/12

177.2022	Sessão Ordinária - CD	13/12/2022-20:48
Publ.: DCD - 12/14/2022 -	Alexis Fonteyne-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 178, de 2021, sobre a instituição do Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, também quero parabenizar o Deputado Efraim Filho, autor desse projeto, pela proposição e parabenizar a Deputada Paula Belmonte pelo belíssimo relatório.

Esse projeto é fundamental para começarmos a desembaraçar o caos tributário no Brasil. A simplificação das obrigações acessórias que está acontecendo neste momento, a aprovação desse projeto neste instituto nacional é fundamental para darmos paz para o empreendedor, que tem que ficar se registrando em cada cidade para prestar um serviço, porque as cidades exigem que ele tenha um registro localizado.

O projeto também é importantíssimo para que, na reforma tributária, que deve vir para esta Casa, as PECs 45/19 e 110/19, seja instituída a nota fiscal nacional, para trazer um pouco de paz para o empreendedor, para ele não ficar louco tendo que ficar se cadastrando, tentando adivinhar quais são as obrigações acessórias de cada uma das cidades ou dos Estados. Nós temos que começar a pensar no empreendedor, na vida do empresário, para ele não ficar se debatendo nesse mar de confusão que existe.

Hoje nós temos o contencioso de mais de 5,5 bilhões de reais. E parte disso vem justamente dessa insegurança jurídica do atual sistema tributário, pois cada Prefeitura cria o seu sistema. Muitas vezes o empreendedor tem que pagar para se cadastrar no sistema de uma Prefeitura para poder ter o direito de emitir uma nota fiscal.

Então, quando falamos em simplificação, quando falamos em participação da sociedade civil, estamos falando da presença de membros da CNI, da CNC, da CNS. Todas as confederações vão poder participar. E aí há a discussão de como conseguirmos fazer com que o cidadão comum, o empreendedor, possa cumprir com suas obrigações e ter segurança jurídica.

Finalmente, o pagador de impostos está sendo escutado, porque até então a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda dos Estados é que fazem as leis e baixam, de cima para baixo, as regras, e o empreendedor que as pague, que as cumpra, sem nenhuma lógica, sem escutar aquele que tem preencher a nota fiscal.

Portanto, parabéns aos autores por essa iniciativa! O PL 178 é fundamental e é muito bem-vindo. Vamos focar na simplificação.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 3/12

177.2022	Sessão Ordinária - CD	13/12/2022-20:48
Publ.: DCD - 12/14/2022 - 177	Zé Neto-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 178, de 2021, sobre a instituição do Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho sim que a simplificação avança no sentido de também se criar um comitê que viabilize a participação de quem está na ponta, não diria fazendo a gestão sozinho, mas podendo opinar.

A opinião do empreendedor e sua gestão são importantes para que possamos também entender que a simplificação tributária é importantíssima para reduzirmos o Custo Brasil.

Temos que desmistificar certas situações e avançar no sentido de unificar procedimentos, de harmonizar procedimentos, de conectar procedimentos. Havia alguma resistência e nós conseguimos colocar claramente que esse é um processo evolutivo.

E não tenho dúvida, Deputado Passarinho, de que virá um momento em que vamos ter imperativamente que avançar para uma reforma tributária mais justa, e aí eu defendo claramente que ela seja uma reforma tributária progressiva: quem ganhar mais tem que pagar mais e quem ganhar menos tem que pagar menos.

O mundo moderno é assim, os países que eles defendem. Dizem: *"Eu sou liberal"*. *"Ah, é liberal? Então, vamos fazer o que eles fazem"*. Muita gente se diz liberal, mas vejam os países liberais. Nos Estados Unidos, a cada 10 dólares, quase 7 dólares são de imposto direto. Aqui é ao contrário. E o imposto indireto é injusto, porque quem paga mais imposto indireto é o mais pobre.

Então, é preciso começar simplificando, sim, mas na medida em que vamos encontrando os caminhos, como esse de criar um comitê nacional de simplificação de obrigações tributárias acessórias.

Há também que se construir cumplicidade. O bom de chamar o Estado para discutir com quem está na ponta é porque quem está na ponta vai poder participar mais, mas também vai ter mais cumplicidade nas decisões tomadas no sentido de aprimorar o nosso sistema tributário, que precisa ser, sim, resolvido, reestruturado e passar por um banho que justifique esse tamanho que é o Brasil, com mais justiça tributária e com mais coerência tributária, garantindo aí a redução do Custo Brasil e a evolução da geração de emprego e renda e de desenvolvimento econômico.

179.2022

Publ.: DCD - 12/15/2022 - 203

Sessão Ordinária - CD 14/12/2022-22:24

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à atuação do Deputado Subtenente Gonzaga no campo da segurança pública. Elogio ao futuro Ministro da Economia, Fernando Haddad, pela indicação do Sr. Bernard Appy ao cargo de Secretário Especial da Reforma Tributária. Razões da necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente General Peternelli.

Cumprimento o Deputado Subtenente Gonzaga pelo belíssimo trabalho realizado nesses dois mandatos. Eu quero dizer que foi um orgulho para mim poder compartilhar aqui de alguns sonhos e ideais. Foi não só um verdadeiro militante dos interesses corporativos, o que é genuíno da categoria, mas também um representante autêntico do povo brasileiro, com a perspectiva de melhorar as políticas públicas no campo da segurança pública.

Então, compartilho com V.Exa., Deputado, esse sonho de avançar cada vez mais. Sou defensor de um novo modelo de segurança pública no Brasil. Sou defensor de um modelo de ciclo completo para todas as polícias. É preciso que haja mais eficiência e mais resultados. Eu acredito nesse modelo. Portanto, conte conosco para continuar com seu trabalho aqui e com seus ideais. Estamos juntos. E quero contar também com V.Exa. para a aprovação da PEC do Bolsa Família.

Nós debatemos durante todo este dia, agora na parte da noite, e durante a madrugada queremos construir com todos os Deputados e Deputadas desta Casa a compreensão sobre a importância da aprovação da PEC do Bolsa Família. A PEC do Bolsa Família é a PEC da cidadania, é a PEC do atendimento aos que mais precisam.

O debate sobre um programa permanente foi feito por todos os candidatos e candidatas durante o processo eleitoral. Houve uma convergência para que o bolsa-família, para que o Auxílio Brasil pudesse ser de 600 reais. Ganhou no debate político o Presidente Lula, propondo o acréscimo de 150 reais para as famílias, no caso das beneficiadas pelo programa, nas quais haja crianças que tenham até 6 anos de idade.

Para garantir esse programa são necessários 175 bilhões de reais. O Projeto de

Lei Orçamentária Anual — PLOA para 2023 tem previsão de 105 bilhões. São necessários, portanto, mais 70 bilhões. Porém, o Orçamento enviado pelo atual Presidente da República para 2023 é menor do que o Orçamento de 2022, que já foi insuficiente. Estamos vendo que estudantes, bolsistas estão sem receber o valor correspondente a suas bolsas. As universidades estão sem recursos para pagar aos terceirizados, aos prestadores de serviços, para pagar as contas de água, luz, telefone. O problema atinge também os institutos federais e vários programas.

Faltam remédios na Farmácia Popular, falta previsão de recursos para pagamento de aposentados. Houve remanejamento de recursos para aposentar as pessoas que estavam na fila há mais de 1 ano. Faltam recursos no Sistema Único de Saúde para tratamento de câncer, para realização de cirurgias eletivas. Falta recurso este ano para garantir merenda escolar, alimentação escolar, transporte escolar.

A PEC vem para viabilizar o Estado brasileiro e seus instrumentos das políticas públicas. Nós precisamos de uma abertura, de um espaço orçamentário de 145 bilhões de reais. A ideia inicial era excepcionalizar os 175 bilhões, mas, numa convergência com a Oposição, fizemos uma abertura de crédito extraordinário, ampliamos o espaço do teto em 145 bilhões de reais. Retiramos 30 bilhões. E, num esforço para aplicar esses recursos nas políticas que estão subfinanciadas, a equipe de transição propôs essa redução.

Portanto, não temos como mais reduzir. Esse é o teto. Nós precisamos, sim, dos 75 bilhões para repor os recursos de dezenas de Ministérios e também das suas políticas públicas.

Eu quero fazer um apelo a esta Casa no sentido de convergirmos para aprovar o texto que veio do Senado, que propõe esse espaço orçamentário de 145 bilhões, e também pedir apoio para que essa PEC tenha validade de 2 anos. Nós nos comprometemos a fazer uma nova regra fiscal porque o Governo Lula, o próprio Presidente Lula compreende que vamos garantir a estabilidade econômica. Precisamos garantir a estabilidade fiscal, porque é através dela que vamos multiplicar ganhos sociais, é através dela que vamos melhorar a vida do povo.

Então, nós achamos melhor um prazo de 2 anos, porque dá mais previsibilidade, dá tempo de discutir uma nova âncora fiscal.

Quero elogiar o Ministro Fernando Haddad, que indicou Bernard Appy para ser o Secretário Especial da Reforma Tributária.

Nesses 2 anos haverá tempo para pensarmos uma reforma tributária que simplifique o sistema tributário brasileiro, busque a progressividade, um sistema mais progressivo, menos injusto, com impostos mais diretos, que possa diminuir os impostos sobre o consumo e possa tributar mais a renda e o

patrimônio.

Tudo isso vai fazer o Brasil crescer, modernizar-se e vai ajudar nos resultados fiscais do País, nos resultados primários das contas nacionais.

Faço estão este apelo: vamos trabalhar durante esta madrugada, amanhã cedo, vamos fazer muitos diálogos, conversas bilaterais, para construirmos essa unidade.

Nós vamos votar essa proposta de emenda à Constituição a respeito do Bolsa Família amanhã porque precisamos iniciar aqui o debate sobre a Lei Orçamentária. Nós precisamos aprovar o Orçamento. O Relator, o Senador Marcelo Castro, precisa desse tempo para fazer o remanejamento desses recursos promovidos pela abertura do espaço fiscal para consolidar e viabilizar as políticas públicas no ano de 2023.

Presidente, estamos à disposição desta Casa para prestar todos os esclarecimentos relativos ao texto. Nós estamos dizendo que é importante também excepcionalizar as receitas extraordinárias, os 6,5%. Compreendemos que são não só para os anos de 2023 e 2024, mas também para o ano de 2022, porque nós queremos que o atual Governo tenha possibilidade de fechar as suas contas, o seu ano fiscal, e garantir, honrar os seus compromissos com a educação, com os aposentados e também os referentes às emendas parlamentares.

Então, nessa perspectiva, nós compreendemos que também é legítimo antecipar o limite de 6,5% das receitas extraordinárias.

Vamos juntos para a votação da PEC do Bolsa Família.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

Documento 5/12

181.2022	Sessão Ordinária - CD	20/12/2022-09:48
Publ.: DCD - 12/21/2022 - 61	Roberto de Lucena-REPUBLICANOS -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assunção pelo orador da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo. Enfrentamento da pandemia de Covid-19 pela Câmara dos Deputados.

Desafio de recuperação das áreas econômica e social brasileiras. Avanço da criação do marco legal do saneamento básico e da realização da reforma previdenciária. Importância de realização das reformas administrativa e tributária. Resgate da autonomia e da independência da Câmara dos Deputados. Discussão pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Votos de feliz Natal e próspero Ano-Ano aos Parlamentares extensivos aos servidores da Casa e ao povo brasileiro.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (REPUBLICANOS - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por 12 anos consecutivos, eu tenho servido nesta Casa ao povo de São Paulo e ao povo do Brasil. Hoje, dia 20 de dezembro, quando o meu pai, o Pastor Antônio Vieira de Lucena, se vivo estivesse, completaria 87 anos, pela última vez, nesta legislatura, assomo a esta tribuna para agradecer a Deus e ao povo paulista a oportunidade de, com dignidade, com honradez e com afincio, ter aqui trabalhado e composto este Poder e, em nome dos meus eleitores, ter aqui lutado contra a corrupção, ter lutado em defesa da vida e da família, ter lutado por justiça social.

Convocado agora pelo Governador Tarcísio de Freitas, estarei, com o apoio do meu partido, o Republicanos, atuando na Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, setor que é responsável por 7% do PIB do Estado, o que corresponde a cerca de 220 bilhões de reais, e que produz mais de 2 milhões de empregos. A nossa luta por São Paulo e pelo Brasil continua, porém agora em outra trincheira.

Foi, Sras. e Srs. Deputados, nobres pares, é para mim uma elevada honra servir ao lado de V.Exas. e aqui ter enfrentado o maior desafio da nossa geração, que se deu nesta legislatura: a pandemia de COVID-19, doença que ceifou a vida de centenas de milhares de brasileiros. Este Poder, o Poder Legislativo, soube reagir, soube dar as respostas necessárias em parceria com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário, para que nós pudéssemos criar as condições de proteger o povo brasileiro, proteger as famílias, buscar as soluções, de forma que essa tragédia não fosse maior ainda do que já foi.

Seguem os desafios: o desafio da recuperação econômica, da recuperação social, o desafio de nós não patrocinar nesta Casa retrocessos dos avanços importantes que tivemos, como o marco do saneamento básico, a reforma previdenciária, a reforma trabalhista e outras.

Há a necessidade de que esse espírito reformista continue, com comprometimento com o futuro do nosso País, passando pela reforma administrativa, pela reforma tributária, fazendo a este País as entregas que a sociedade espera de nós, espera desta Casa. E ela, com altivez, deve recuperar a sua soberania, a sua autonomia, a sua independência e deve colocar as suas

digitais na construção desta sociedade pela qual todos nós lutamos, essa sociedade que o Brasil espera que seja construída, seja consolidada, seja produzida.

Meus amigos, hoje discutiremos aqui uma PEC importante. A decisão do Superior Tribunal Federal de ontem contempla o Auxílio Brasil. Nós precisamos ser muito cuidadosos em relação àquilo que vamos fazer. O Brasil e o mundo estão atentos à decisão que tomaremos e à mensagem que estaremos enviando. Esperamos que a mensagem seja de seriedade, de responsabilidade, de compromisso com o equilíbrio fiscal, porque, em sendo diferente disso, nós estaremos condenando o Brasil a consequências terríveis.

Quero desejar a todos um bom Natal e um feliz 2023.

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 6/12

181.2022	Sessão Ordinária - CD	20/12/2022-14:40
Publ.: DCD - 12/21/2022 - 138	Evair Vieira de Melo-PP -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Eleição do orador, em 2019, para a presidência e coordenação da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional. Aprovação pela Casa de proposições em benefício do setor. Importância do cooperativismo como instrumento de inclusão social e de garantia da sustentabilidade de comunidades. Indicação do ato cooperativo como principal ponto de debate da reforma tributária. Manutenção da integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e lideranças cooperativistas. Agradecimento aos Parlamentares pelo avanço das pautas do cooperativismo nas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com muito orgulho eu tenho, desde 2019, a honra de presidir e coordenar aqui no Congresso Nacional a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Neste momento, quero ressaltar aqui sua importância e suas conquistas.

O modelo de negócio cooperativista busca a construção de uma sociedade mais justa por meio da colaboração, equilíbrio, transformação e inclusão. Ele é, com certeza, um caminho seguro pelo qual nosso País pode alcançar sua

recuperação e reorganização econômica. Por isso, só posso agradecer aos meus pares o apoio que temos recebido e celebrar a celeridade e consciência com que as pautas em prol do setor foram apreciadas aqui nesta Casa.

Medidas estruturantes foram aprovadas e transformadas em lei, como a Lei Complementar nº 196, de 2022, que modernizou as regras de funcionamento do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, enquanto outras avançaram significativamente, como a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 1.303, de 2022, de minha autoria, que prevê a prestação de serviços de telecomunicação por cooperativas e se encontra aguardando deliberação do Senado Federal.

A definição do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, debatido na PEC da Reforma Tributária, demanda uma atenção primordial do setor, para evitar a dupla incidência de tributos. Nesta legislatura, caminhamos bem nas discussões sobre o tema, e a nossa expectativa é que, já no início do próximo ano, precisemos retomar as discussões sobre o texto constitucional, para garantir maior segurança jurídica e competitividade às nossas cooperativas.

Nos últimos anos, o cooperativismo teve o papel essencial de agregar pessoas e garantir sustentabilidade em suas comunidades, por meio de inclusão produtiva e financeira para milhões de brasileiros, sobremaneira durante a pandemia.

Com o apoio do Sistema OCB e com mais de 300 Deputados e Senadores integrantes, mantivemos a frente do cooperativismo, uma das frentes mais importantes, atuantes e influentes no processo legislativo, de forma que aplainamos os caminhos e desenvolvemos novos negócios através do fruto da cooperação.

Em cenário bastante desafiador para o Brasil, tivemos um índice de sucesso muito grande de pleitos do cooperativismo em plenário, o que demonstra o reconhecimento do Poder Legislativo sobre a importância que as cooperativas têm na geração de oportunidades de trabalho, diminuição de distorções de mercado e promoção do desenvolvimento local.

Esta legislatura ficou marcada por significativos avanços para o cooperativismo no Congresso Nacional. Como eu já disse, o Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2020, modernizou a legislação do cooperativismo de crédito, com o aprimoramento das regras de gestão, governança e negócios para as cooperativas.

Além disso, a partir da atuação de destaque da OCB Nacional e da FRENCOOP, conseguimos incluir o ato cooperativo como um dos principais pontos de debate da reforma tributária.

A prorrogação da desoneração da folha (Lei nº 14.288, de 2021), o reconhecimento do ato cooperativo para o setor de aves e suínos (derrubada do Veto nº 5, de 2020), o acesso das cooperativas ao Programa Nacional de Apoio

às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — PRONAMPE (Lei nº 14.042, de 2020, e Lei nº 14.161, de 2021), a regulamentação da telemedicina (Projeto de Lei nº 1.998, de 2020), e a expressa garantia do direito das cooperativas de concorrer em licitações (Lei nº 14.133, de 2021) também se destacam, ao lado de outras inúmeras conquistas ao longo desta legislatura.

Com o início de um novo mandato, a intenção é manter a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e as lideranças cooperativistas, com foco no avanço das discussões sobre a reforma tributária e o adequado tratamento tributário do ato cooperativo.

Também estão entre as nossas prioridades a criação de marcos regulatórios que possibilitem a inserção de cooperativas no mercado de seguros (Projeto de Lei Complementar nº 519, de 2018) e de telecomunicações (Projeto de Lei nº 1.303, de 2022), bem como a instituição de um modelo de recuperação judicial específico para as cooperativas (Projeto de Lei nº 815, de 2022).

Presidente, eu quero agradecer ao Plenário da Câmara dos Deputados e também aos Senadores. Todas as pautas do cooperativismo avançaram. O cooperativismo é realmente o modelo econômico que nós encontramos para produzir riqueza, para gerar riqueza, para incentivar o empreendedorismo e, naturalmente, para distribuir essas riquezas. Portanto, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e como Vice-Líder do Governo, quero agradecer aos colegas Parlamentares que nos acompanharam. Podem ter certeza de que as cooperativas produziram riquezas e distribuíram essas riquezas, de forma que realmente contribuíram para um Brasil mais justo e mais solidário.

Como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, conseguimos, de forma leve e transversal, que todas as nossas pautas fossem compreendidas e atendidas. Está aqui o nosso Deputado Joaquim Passarinho, que sabe que na pauta da mineração, uma pauta delicada, complexa, nós conseguimos avançar, como também avançamos na pauta do setor de transportes, de serviços, de serviços de saúde. No setor de crédito, conseguimos fazer com que o único agente de crédito hoje presente em 100% dos Municípios brasileiros seja o cooperativo. E, naturalmente, avançamos na pauta do cooperativismo agropecuário, produzindo riqueza, fazendo preservação ambiental e ajudando o PIB do nosso País.

Sra. Presidente, eu queria que estas palavras fossem publicadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

181.2022

Sessão Ordinária - CD

20/12/2022-14:56

Publ.: DCD - 12/21/2022 - Joaquim Passarinho-PL -PA
143

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados pela convivência harmoniosa no exercício do mandato parlamentar. Perplexidade ante a presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, no Senado Federal para debate com o Presidente Rodrigo Pacheco de resolução a respeito da extinção das chamadas emendas de Relator, RP9. Decisão da Suprema Corte de exclusão do Programa Bolsa Família do teto de gastos públicos. Repúdio à intromissão do Supremo Tribunal Federal em questões intestinas do Poder Legislativo. Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é um prazer estar aqui, talvez nos últimos dias de sessão.

Primeiro, agradeço o convívio com todos os pares, Deputadas e Deputados. Nos últimos 4 anos, tivemos um convívio maravilhoso. Apesar da pandemia e de todos os problemas por que passamos, aprendi muito com cada um de V.Exas. e com esta Casa. Aprendi como o Parlamento pode se reinventar para conseguir manter-se aberto, trabalhando em prol da população.

O meu segundo mandato nesta Casa foi muito enriquecedor. Já estou me preparando para o terceiro, se Deus quiser, com alguns Deputados que conseguiram voltar a esta Casa. Vamos continuar tentando dar a este Parlamento a independência que ele deveria ter.

Eu disse "deveria" porque ouvi há pouco a fala da Deputada Adriana preocupada especialmente com a falta de atitude do Senado. Quero corroborar as suas preocupações principalmente porque vi uma entrevista — não sei se algumas pessoas viram, se não me engano na sexta-feira — em que o Presidente Rodrigo Pacheco recebeu na sua sala o Ministro Lewandowski. Eu nunca tinha visto aquilo, achei estranho porque normalmente uma ação nesta Casa vai de maneira oficial para o outro Poder, Deputado Paulo Ganime. E vi um Ministro do Supremo vir a este Congresso, na sala do Presidente do Senado, para receber a tal resolução. Independentemente de eu ter votado contra ou a favor, esse problema da RP9 é um problema diferente, sobre o qual temos que nos debruçar, e é um problema desta Casa.

Achei estranho quando eu vi um Ministro sair, atravessar a Praça dos Três

Poderes e vir aqui receber em mãos a tal da resolução que trata da RP9. Depois, em entrevista, disseram que iam se debruçar sobre a resolução, e que com certeza, na segunda-feira, no final do julgamento, essa resolução seria levada em conta, dando quase a entender que o seu voto seria favorável e o assunto estaria resolvido, até porque os Poderes são independentes, mas devem ser harmônicos. Eu esperava, com aquilo, que esta Casa, que o Congresso Nacional tivesse dialogado também com o Judiciário.

E, para nossa surpresa, o próprio Ministro Lewandowski atravessou a praça e veio até aqui. Foi um tiro final na tal das emendas RP9, principalmente naquela resolução votada rapidamente nestas duas Casas, tanto aqui na Câmara quanto no Senado. Gera-me estranheza por isto: primeiro, os Poderes devem ou deveriam ser harmônicos, e o que aconteceu não foi isso. Vimos uma interface que aparentemente parecia uma harmonia quase perfeita, mas o que vimos no final foi novamente uma intromissão e esta Casa não podendo legislar sobre como fazer sua distribuição de emendas. Logicamente, isso coloca o Congresso na parede para saber o que vai fazer agora com as emendas. Volto a dizer, sou contra a forma de ser feita a RP9, mas essa questão cabe a esta Casa tomar para a sua soberania.

Deixo aqui a minha preocupação quanto à independência, à altivez desta Casa, do Congresso Nacional como um todo, principalmente do Senado, que possa ter uma atitude mais ativa, em defesa do Poder Legislativo. Que possamos ter um novo mandato independente da posição de quem está governando o País. Que esta Casa possa ter sempre garantido o direito de minorias e de majorias e que possamos legislar principalmente sobre o orçamento, porque parece que até isso estamos perdendo.

Presidente, outra decisão do Supremo tira desta Casa o direito de legislar totalmente sobre seu orçamento, estabelecendo que alguns pontos podem estar fora do teto de gastos, como se pudéssemos gastar de qualquer forma. Vejo alguns Deputados dizendo: *"Como vamos governar com este orçamento?"* Mas é este orçamento que temos para governar. Se quisermos governar com mais recursos, deve-se arrecadar mais. A reforma tributária é muito importante para que possamos realmente, Deputado Luiz Philippe, fazer uma maior arrecadação e distribuir melhor os recursos.

Para tanto, precisamos fazer uma reforma tributária séria, e não apenas aumentar o teto de gastos, gerar inflação, criando despesa, criando dívida para este País. Assim, é muito fácil governar. *"Eu não consigo governar com esse orçamento, preciso de mais 140, 150 bilhões de reais por ano"*. Peço 150 bilhões de reais por ano, gasto esses 150 bilhões por ano a mais do que arrecado e vamos empurrando com a barriga para frente, como se isso pudesse ser feito de maneira tão simples. Se fosse simples, os outros governos tenham feito.

Governar com poucos recursos é a dificuldade. Todos, quando se candidatam à

Presidência, sabem a escassez de recursos que nós temos.

Nós temos que trabalhar com essa realidade. Volto a dizer, esta Casa pode ajudar de certa forma o Poder Executivo, mas tudo com limites, dentro de posições claras. Que possamos ajudar, mas não vamos endividar o País e trazer a inflação, que é o que mais corrói o salário do pobre.

Sra. Presidente, obrigado pelo tempo, obrigado pela parceria de todos. Que nosso Senhor Jesus Cristo possa neste Natal trazer paz, harmonia, felicidade para todos nós.

Muito obrigado. Feliz Ano-Novo!

Documento 8/12

181.2022	Sessão Ordinária - CD	20/12/2022-18:56
Publ.: DCD - 12/21/2022 - 234	Rodrigo Maia-PSDB -RJ	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro pela confiabilidade do voto, e aos Deputados pela eleição do orador à Presidência da Casa em exercícios anteriores. Retrospecto de sua atuação à frente da Câmara dos Deputados. Elevados recursos orçamentários destinados ao enfrentamento à pandemia de coronavírus no País. Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID sobre os investimentos e gastos dos países da América Latina. Entrevista concedida pelo orador ao jornal Valor, a respeito do Imposto SIMPLES Nacional e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Posicionamento do Parlamentar sobre a concessão de reajuste salarial aos servidores públicos. Defesa da realização das reformas administrativa e tributária. Dados do documento do BID acerca da redução de desigualdades pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, por meio de transferências e impostos diretos. Declaração de voto a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Defesa da criação de nova âncora fiscal, tendo em vista à supressão do teto de gastos públicos.

O SR. RODRIGO MAIA (PSDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitando esta importante votação, talvez a última da Câmara e, talvez, a minha última votação como Deputado,

depois de seis mandatos como Deputado Federal, tendo tido a oportunidade de ter presidido a Câmara por dois mandatos e mais alguns meses, eu não poderia deixar de usar a tribuna pela última vez, não para me despedir, porque ninguém sai da política, mas para agradecer, primeiro, claro, aos meus eleitores, que me confiaram seis mandatos, e aos Deputados e Deputadas que me elegeram como Presidente da Câmara por três vezes e me deram a oportunidade espetacular de sentar nessa cadeira, Presidente Arthur Lira. Só quem se senta nessa cadeira da Presidência sabe o poder e a condição que tem de pautar matérias para mudar a vida das pessoas.

Acho que fizemos muito. Mais do que tudo que pautei, com a construção de relacionamentos, a construção de amigos e a possibilidade de momentos tão difíceis, consegui, junto com esta Casa, superar crises que o Brasil viveu. Aliás, na minha Presidência, nós tivemos uma crise grande, na época do Governo do Presidente Michel Temer; depois, anos difíceis, principalmente nos 2 primeiros anos do Governo Bolsonaro. Mas nada disso nos impediu de avançar em pautas muito importantes.

Vemos, Presidente Arthur, o desemprego caindo. Olhamos que, talvez, a reforma trabalhista tenha cumprido papel importante nesse período. Olhamos a privatização — creio que hoje — da empresa de saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, e talvez, ou com certeza, o Novo Marco do Saneamento tenha colaborado muito.

Certamente, na crise da pandemia, o Brasil precisou gastar bilhões de reais. Vamos ser honestos, não podemos colocar os recursos da pandemia na conta de gastos fora do teto, porque foram gastos excepcionais. Talvez, a economia gerada pela Previdência possa ter ajudado na necessária utilização de recursos para o enfrentamento da pandemia, no auxílio emergencial, tão criticado por alguns do Governo na época e, depois, virou bandeira de todos no processo eleitoral. E é disso que falamos hoje na votação dessa PEC.

Deputado Orlando, acredito que o Brasil tem muitos desafios, porque muitas coisas que parecem positivas, e certamente são, às vezes, beneficiam alguns, Deputado Peternelli, e, às vezes, prejudicam a maioria. Vemos debates aqui em que alguns defendem um setor, mas o benefício de um setor pode significar prejuízo para outros milhões de brasileiros.

Eu recebi aqui, em 2019, o BID. Eu acho que todo mundo aqui tem respeito pelos trabalhos apresentados por essa instituição. O BID fez um grande estudo, Deputado Luiz Lima, sobre as despesas dos países na América Latina, e mostrou que eles são muito parecidos: todos gastam muito mal. Todos, ao final, acabam beneficiando grupos de interesse em detrimento da maior parte da sociedade. É claro que eu não vou gastar tempo discutindo isso, mas, como nós estamos votando hoje aumento de servidores, eu acho que certas informações são importantes para que não façamos justiça com uma mão e injustiça com a outra mão.

Eu vou atrás dos números — são do BID e não têm viés político nacional —, já que estamos tratando de salários. O hiato que existe entre os salários dos servidores públicos federais e seus equivalentes no setor privado é de 67%; em relação aos Estados é de 28%. Isso tudo concentra poder e renda na mão de uns e gera prejuízo para outros, porque, se alguém está ganhando muito, outro tem que estar ganhando menos.

O estudo mostra também o investimento na América Latina nos últimos anos. Em 1993, os países da América Latina investiam 30% do seu orçamento em despesa de capital. Em 2015, investiram menos de 6%. Então, esta é a questão que precisa ser avaliada: por que o País, de forma bem parecida com os outros da América Latina, querendo fazer o bem, acaba fazendo distorções?

Eu poderia tratar de muitos temas. Eu dei entrevista ao *Valor* e falei de alguns, como o SIMPLES, que é muito querido pela maioria dos que estão aqui. Os estudos dizem que o SIMPLES não impacta a economia como nós gostaríamos. O desenho está certo? O desenho está errado? No Imposto de Renda, há o lucro presumido. Será que é justo aqueles profissionais liberais que estão no lucro presumido pagarem menos imposto do que um profissional de carteira assinada no Brasil? Quem ganha acima do teto do INSS paga 42% de alíquota efetiva; um trabalhador no lucro presumido paga 15%; no SIMPLES, às vezes, paga 5% de imposto direto e indireto. Então, esses são desafios que sempre me encantaram como Deputado e enquanto estive na Presidência da Câmara. Também cito o FUNDEB. Nós conseguimos, em um grande acordo na pandemia, aprovar e vincular recursos à educação infantil. Acho que foi um grande passo.

Como eu disse, ninguém se despede da Câmara dos Deputados, porque ninguém larga a política, ninguém sai da política. Sabemos que é através da política que podemos mudar a vida das pessoas. Entendi apenas que era o momento de eu me dar a oportunidade de voltar para a iniciativa privada, de estudar mais, de me preparar mais para poder ajudar mais.

Eu estava olhando, Deputada Jandira, os meus primeiros discursos. Olhem como as coisas, às vezes, não andam muito. No meu primeiro mandato como Deputado — levei uns 15 dias para ter coragem de discursar, V.Exa. se lembra de como eu era tímido —, quem estava presidindo a sessão era o Senador Jaques Wagner, que era Deputado à época, e o meu primeiro discurso foi sobre reforma tributária. Olhem como, muitas vezes, nós não evoluímos em temas que são recorrentes.

Isso é só para dar um exemplo de muitos temas que vamos maturando e chega a hora da votação. A reforma da Previdência, é claro, não foi unânime, mas ela teve o apoio inclusive de Parlamentares do campo da Esquerda — foram quase 380 votos favoráveis —, porque chegou a hora em que grande parte da sociedade entendeu a sua importância.

Mostrei aqui o hiato entre os salários. Não é que os servidores públicos não

mereçam isso, não é que não mereçam ser valorizados, mas vai chegar a hora de uma reforma administrativa para melhorar a qualidade do serviço público, não para perseguir servidor público.

Quanto à reforma tributária, eu acredito muito, Presidente Arthur Lira, que está chegando a hora dela. O sistema tributário brasileiro, principalmente por causa dos impostos indiretos, gera um contencioso de quase 80% do PIB. Isso provoca ineficiência e perda da competitividade das nossas empresas. É um tema em que temos que avançar. Independentemente de estar aqui dentro, tenho sempre muita vontade de continuar debatendo isso.

Presidente Arthur, agradeço a oportunidade de ter me passado a palavra. E agradeço por V.Exa., como Líder — um Líder com muita força —, ter ajudado muito na votação de muitas matérias nos anos em que presidi a Câmara.

Agradeço a cada um dos Deputados e a cada uma das Deputadas que convergiram e que divergiram de mim, que debateram as matérias. Em muitas delas avançamos e vimos resultados. Eu acho que a Câmara dos Deputados foi peça fundamental durante a pandemia, quando liderou as principais votações no País.

Eu encerro meu ciclo aqui com muito orgulho, com muita alegria e com a certeza de que esta é a Casa que tem condição, até porque representa a população, de transformar a vida das pessoas.

Para encerrar, Deputado Paulo Martins, trago um último dado do documento do BID que considero impactante para todos nós. Os países da OCDE reduzem desigualdade em transferências e impostos diretos em 38%, e a América Latina, em 4%. Isso mostra que os nossos desafios aqui são muito grandes, porque o Estado nacional e todos os Estados da região, diferentemente dos países da OCDE, acabam, em tese, beneficiando mais os grupos de interesse do que a base da sociedade. Então, o grande desafio — foi até agora e, certamente, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, vai continuar sendo — é reduzir as desigualdades e reduzir a pobreza no País.

Meus amigos e minhas amigas, mais uma vez, obrigado. Desculpem-me aqueles com quem eu tive divergências, nunca do ponto de vista pessoal, mas sempre com a intenção de fazer aquilo que eu acreditava ser o melhor para o Brasil.

Hoje eu voto a favor da PEC, apesar de profunda divergência quanto ao seu conteúdo, porque entendo que o Governo que venceu tem o direito de apresentar aquilo que acredita ser importante para seu primeiro ano. Mesmo sendo liberal, Deputada Jandira, e como eleitor no segundo turno do Presidente Lula, eu acredito que devemos colaborar e que todos devam dar esse voto. Essa questão de 1 ano ou 2 anos é irrelevante. A PEC acaba com o teto de gastos, e eu espero que este Governo apresente uma nova proposta de âncora fiscal tão boa quanto foi até agora, do meu ponto de vista, o teto de gastos, que cumpriu

seu papel. Com a aprovação de uma nova âncora fiscal, naturalmente, o teto está suprimido. Então, se é para limitar por 1 ano ou por 2 anos, se isso vai ser feito por lei complementar ou por emenda constitucional, é menos relevante. O relevante é que demos as condições — meu voto é nesse sentido — para que o Governo possa começar e fazer aquilo que o Presidente, seus Ministros e sua base acreditam ser o melhor para reduzir as desigualdades e fazer o País crescer. E eu tenho certeza de que o intuito de todos nós hoje e, certamente, do futuro Governo é nessa linha.

Eu desejo a V.Exas., àqueles que ficam, sorte. Que continuemos, os que estão aqui e os que não estarão, colaborando, ajudando.

Eu vou encerrar de verdade agora. Está parecendo o meu primeiro discurso: começar é fácil, terminar é impossível.

Desejo que continuemos trabalhando em prol do País. E nada melhor representa o Brasil — eu sei, porque eu me sentei naquela cadeira — do que a Presidência da Câmara. Aquela cadeira e cada um de nós representa cada canto do País. E, representando cada canto do País, do Sul ao Norte, conhecemos não apenas profundamente a realidade dos nossos eleitores, das nossas regiões, mas também de todo este País continental, que é o Brasil.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - É importante a fala do nosso Presidente Rodrigo Maia, que presidiu esta Casa por três mandatos consecutivos, o mais longo mandato. S.Exa. merece toda a homenagem e a disponibilidade do tempo. É um homem com quem eu convivi durante anos trabalhando no plenário sob a Presidência dele.

Deputado Rodrigo, seja feliz na sua nova fase! Eu espero e tenho certeza de que V.Exa. será, como sempre, um vencedor, um homem que estuda, que se dedica, e que deixou sua história marcada nos Anais desta Casa, sem sombra de dúvida.

Parabéns! Conte conosco! V.Exa. será um importante aliado na discussão dos temas tributários, econômicos, fiscais. E eu não vou abrir mão dos seus conselhos, quando pudermos discutir esse assunto. Se eu tiver a oportunidade, lógico, de disputar a Presidência e ser eleito, eu contarei muito com a sua presença; se não, até o final do mandato, que é dia 31 de janeiro.

Muito obrigado por toda ajuda. Um grande abraço!

182.2022

Sessão Ordinária - 21/12/2022-13:00
CD

Publ.: DCD - 12/22/2022 - Paulo Ganime-NOVO -RJ
110

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 10.356, de 2001, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, é uma pena que neste meu último dia nesta Casa, pelo menos nos próximos 4 anos, nós estejamos votando esse tipo de matéria.

Eu entrei nesta Casa acreditando que aprovaríamos muitas reformas importantes, tanto do ponto de vista econômico, como até mesmo no combate à corrupção, algo mais avançado, É verdade, tivemos importantes vitórias, como marcos regulatórios fundamentais para o País. Agora, o Brasil não avançou na reforma tributária, não avançou na reforma administrativa. Eu, inclusive, acho que seria nesta discussão que nós deveríamos tratar desse tipo de matéria.

Como eu disse na minha fala anterior, é meritório, sim, discutir recomposição salarial de servidor público, até mesmo readequação de carreiras, de salários, porque há categorias que estão abaixo das demais categorias do serviço público. Quando se compara, inclusive, a mesma esfera e o mesmo Poder, há distorções entre esferas e há distorções entre Poderes.

Mas o que se faz aqui, mais uma vez, não é uma discussão ampla, técnica, adequada, analisando impacto, analisando o que se pratica no Brasil e no exterior, analisando as relações entre as carreiras. Aquelas que têm representatividade ou, de alguma forma, força política conseguem estar aqui hoje sendo representadas, e são votados os projetos de lei — votamos ontem e estamos votando hoje —, o que não acontece em relação a tantas outras carreiras, inclusive nos Municípios.

Há projetos de reformas importantes e, até mesmo, como bem disse o Deputado Marcel, sobre o que vem acontecendo em espaço curto de tempo, quando o STF e o TSE vêm usurpando e infringindo a diferença, a separação

de Poderes, a harmonia entre os Poderes, e esta Casa não os vota.

É uma pena que hoje, no fim desta legislatura, quando o Parlamento podia estar representando de forma adequada o seu papel perante a sociedade, mostrando que a sociedade é bem representada pela Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados, essa Casa do Povo não vota o que o povo quer, mas o que minorias bem representadas querem. Acaba que distorcemos, mais uma vez, a relação entre a sociedade e o poder público.

É o que está sendo votado hoje. Digo isso sem nenhum demérito às categorias aqui representadas. Acho que várias delas exercem seu papel de forma adequada, com responsabilidade. Elas desempenham, inclusive, um papel muito importante para o País. Mas, quando vemos a figura como um todo, quando vemos a imagem do Brasil como um todo, com o que está sendo votado aqui hoje, tanto através desses projetos que aumentam salários quanto através dessa PEC, a PEC do furo, do rombo nas contas públicas, não estamos representando a população...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 10/12

182.2022	Sessão Ordinária - CD	21/12/2022-18:52
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 213	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários e aos Deputados pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Compromisso do novo governo de criação de nova âncora fiscal. Defesa de realização da reforma tributária. Apoio da bancada do PT à reeleição do Presidente Arthur Lira.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

Quero aproveitar esse momento também para agradecer a todos os Líderes desta Casa, aos Deputados e às Deputadas pela contribuição com o processo de votação da PEC do Bolsa Família. Acredito muito que este Parlamento mostrou sensibilidade para a realidade social e econômica do nosso País, permitindo ao povo brasileiro ter acesso ao Programa Bolsa Família, a partir de janeiro, que será permanente, no valor de 600 reais. Acima de tudo, este

Parlamento teve a sensibilidade para compreender que o que foi contratado nas urnas teve o compromisso do Presidente Lula com os 150 reais para crianças menores de 6 anos.

Eu acho fundamental diferenciar a transferência de renda pelo tamanho das famílias. É fundamental olhar para as crianças, em especial as crianças que são filhas das mães do Bolsa Família, na perspectiva de rompermos e interditarmos o ciclo da pobreza e da miséria, que produz tantas desigualdades no Brasil.

E também é evidente que nós precisamos de ações complementares. O Bolsa Família é um programa mais completo. Com a abertura do espaço orçamentário, com a ampliação do teto em 145 bilhões de reais, além de consolidar o Programa Bolsa Família como permanente, com um valor de 600 reais, 150 reais para as crianças menores de 6 anos, isso também vai permitir ao Relator do Orçamento poder remanejar 75 bilhões de reais, junto com o Congresso Nacional, para permitir ações como a escola em tempo integral, garantir a proteção à primeira infância, os repasses complementares para as Prefeituras consolidarem uma proteção a essas crianças que são filhas das mães do Bolsa Família. Isso é fundamental para mudarmos a perspectiva, o caminho e a trilha dessas crianças e jovens.

Então, a Câmara dos Deputados, junto com o Senado, acerta ao conceder ao próximo Governo, do Presidente Lula, a oportunidade de corrigir a aplicação desses recursos, em especial, na educação e também numa área tão importante como a da saúde. Isso é fundamental. A área da saúde hoje vive um subfinanciamento. O Orçamento de 2023 veio com uma dotação de 23 bilhões de reais a menos do que o de 2022, o que tornaria a nossa saúde pública inviável do ponto de vista do tratamento das pessoas, por exemplo, que estão fazendo radioterapia ou quimioterapia.

Nesse sentido, é uma vitória extraordinária da sociedade brasileira. Esses 75 bilhões de reais serão alocados em diversos Ministérios, em diversas políticas públicas que, eu volto a repetir, são complementares no enfrentamento da fome, da miséria e da desigualdade, e também ajudarão muito na retomada da economia. Valorizar o salário mínimo do trabalhador com ganho real, com aumento real de 1,4% para o próximo ano, o que o Presidente Lula deve anunciar em janeiro, é fundamental para melhorar o mercado interno e promover um aquecimento da economia, para que ela volte a crescer.

Nós precisamos preservar o poder de compra dos mais pobres, dos trabalhadores, das trabalhadoras, em especial daqueles que ganham até dois salários mínimos.

E eu tenho convicção, Deputado Weliton Prado, que tudo isso será construído dentro de uma estabilidade econômica, dentro de uma estabilidade fiscal. O Presidente Lula, quando foi Presidente nos seus 8 anos, teve um superávit primário de mais de 1 trilhão de reais. O Presidente Lula é sabedor, desde a sua época de sindicalista, que a estabilidade econômica e o controle da inflação são

o que garante aos mais pobres perspectiva de futuro, são o que garante aos trabalhadores mais poder de compra e são o que vai garantir, por exemplo, às mães do Bolsa Família mais poder de compra no supermercado, para poder alimentar melhor a sua família.

Então, não há essa associação entre o que é uma retomada do crescimento econômico, o que é, de fato, aumentar o poder dos trabalhadores, o que é aumentar a renda do povo brasileiro e o descontrole da inflação. Nós temos essa responsabilidade.

O Governo, com muita ousadia, junto com Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, assumiu o compromisso, com a emenda constitucional, de encaminhar a nova âncora fiscal, a nova política, o novo arcabouço fiscal até o dia 30 de agosto de 2023.

E esta Casa acertou ao desconstitucionalizar as regras fiscais — porque é assim no mundo todo, por lei complementar — para ter uma nova lei moderna, capaz de dar ao País previsibilidade, o que é muito importante na economia, credibilidade e, acima de tudo, confiança. No entanto, para ter essas três palavrinhas mágicas na economia, é preciso que a nova regra fiscal tenha sustentabilidade. E essa é a sustentabilidade que nós vamos ter que construir no ano de 2023.

Eu acho que a maior e a mãe de todas as reformas, na minha opinião, é a reforma tributária. O Ministro Fernando Haddad anunciou Bernard Appy para Secretário Especial da Reforma Tributária. No ano que vem, este Congresso Nacional, Câmara e Senado, terá que aprovar uma nova reforma tributária capaz de modernizar, de simplificar, de fazer justiça social, de ter sustentabilidade, de ser um sistema solidário, acima de tudo, mais direto e mais progressista.

O nosso sistema é muito injusto, muito indireto, não tributa os super-ricos; ele só cobra do consumidor ou do empresário no imposto corporativo. Está tudo errado no nosso sistema tributário. Espero que o grande legado do Presidente Lula para as próximas gerações seja um novo sistema tributário moderno e um modelo tributário capaz de dar ao povo brasileiro uma construção de políticas públicas do tamanho do sonho da sociedade brasileira.

Por último, em nome do nosso partido, eu quero agradecer ao Presidente Arthur Lira. A bancada do Partido dos Trabalhadores vem aqui reafirmar apoio a V.Exa. Estaremos juntos na sua reeleição, na sua recandidatura à Presidência da Câmara. Nós reconhecemos seu gesto. V.Exa. foi o primeiro Chefe de Poder a reconhecer a legitimidade das urnas, a transparência das urnas eletrônicas no processo eleitoral e a eleição do Presidente Lula.

Naquele momento, V.Exa. estabilizava a política, reafirmava o compromisso com a democracia e com as instituições. Por esses gestos, nós estamos aqui

dizendo que vamos junto com V.Exa. na sua reeleição no dia 1º de fevereiro.

Muito obrigado. Vamos juntos!

Documento 11/12

033.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	22/12/2022-12:42
Publ.: DCN - 12/29/2022 - 28	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudações ao Presidente Rodrigo Pacheco e ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes. Agradecimento aos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Posicionamento do orador favorável à realização das reformas tributária e administrativa; à abertura do mercado do setor elétrico e ao reexame da sistemática de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Relevância de matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados. Apelo ao Presidente do Senado Federal de votação do projeto de lei relativo aos semirreboques. Agradecimento à equipe de trabalho do orador, aos Deputados do partido Novo, bem como aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro pelos votos recebidos nas eleições ao governo estadual.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. É um prazer estar aqui na sua presença neste momento importante, última sessão do Congresso Nacional nesta legislatura e a minha aqui nesta Casa, pelo menos pelos próximos anos.

Subo aqui hoje para falar... Eu me lembro do meu primeiro discurso neste Plenário, aqui nesta tribuna.

Cumprimento também o nosso Líder aqui, Senador Eduardo.

Eu subo aqui e me lembro do meu primeiro discurso, ainda incerto de como seriam os últimos quatro anos - os próximos quatro anos, naquele momento -, se eu conseguiria contribuir para as mudanças de que o Brasil e, em especial, o meu Rio de Janeiro precisavam e como seria a interação com outros políticos.

De lá para cá, até concorri ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, no intuito de tentar melhorar ainda mais a política do meu estado, um estado sofrido, que

teve os últimos cinco Governadores presos; um sexto, que sofreu *impeachment*.

Hoje eu olho para trás e posso dizer, com muito orgulho, que eu fiz parte de muitos avanços que serão importantes para que o Brasil possa crescer pelos próximos anos.

Eu cheguei aqui achando que não havia político decente. Falo isso com muita tranquilidade, porque hoje eu sei que há, sim, vários Parlamentares, Senadores e Deputados, que trabalham com muito afinco por aquilo em que eles acreditam, mesmo aqueles de cujas pautas eu discordo, às vezes de forma veemente, mas cujo intuito eu sei que muitas vezes é o melhor para o Brasil sob o seu ponto de vista.

Muitos técnicos também, muita equipe boa - e aqui agradeço à equipe do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara dos Deputados, desde aqueles que são concursados, servidores de carreira, àqueles também que são nomeados aqui para a Casa, trabalhando nos gabinetes dos Deputados e Senadores, das lideranças partidárias -, que nos surpreendem também pela qualidade técnica, pela capacidade e pela vontade de trabalhar de tantos servidores.

Não podemos esquecer também nossos amigos - hoje amigos - que sempre estão nos assistindo, nos ajudam no café da Câmara, no Plenário - com muitos deles a gente acaba estabelecendo uma ótima relação -, e que estão sempre aqui, a postos, trabalhando até altas horas com a gente também.

E este momento também é um momento para a gente lamentar. Lamentar aquilo que não deveria ter avançado e avançou e aquilo que deveria ter avançado e não avançou nesses quatro anos.

Algumas pautas estruturantes, como, por exemplo, reforma administrativa, reforma tributária, abertura do mercado elétrico, regra de indicação de Ministros do STF e outras também importantes não caminharam como deveriam.

Conseguimos, sim, aprovar temas já sancionados hoje, que já são leis, e são importantes para o Brasil, como a reforma da previdência, o Cadastro Positivo, o marco de saneamento, o marco das *startups*, o Governo Digital, a Lei da Liberdade Econômica, a Lei do Gás, a telemedicina e outros que passaram pela Câmara e seguem em tramitação no Senado, como, por exemplo, o meu PL dos semirreboques - até faço aqui um apelo ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco: que a gente consiga avançar esse PL que está lá, sob a relatoria do Carlos Portinho, Senador Portinho, um PL que é importante, sobre semirreboques. Depois eu te passo o detalhe do número para a gente fazer isso avançar -, o PL do turismo colaborativo e tantos outros projetos que já passaram aqui pela Câmara e estão lá no Senado Federal.

E eu aproveito também para agradecer àqueles que trabalharam comigo ao longo desses quatro anos. Claro, primeiro, aos Deputados Federais do Novo,

meus amigos, colegas, que foram sempre presentes, sempre muito atuantes. Segundo, aos demais Parlamentares aqui presentes e aos que não estão aqui hoje, mas que também trabalharam em conjunto em várias pautas. Ao nosso gabinete, meu gabinete, o Gabinete 230 da Câmara, que trabalhou muito, mesmo sendo um gabinete enxuto.

Ao longo desses quatro anos, a gente trabalhou, em média, com oito assessores, mas entregamos muitos resultados, reconhecidos tanto pela imprensa, pelos colegas Parlamentares, como também, é claro, por institutos que avaliam a qualidade do Parlamento brasileiro, gerando muito impacto, com um trabalho muito árduo não só aqui na Câmara, mas também lá no Rio de Janeiro, onde eu tive o orgulho e a vontade de conhecer cada um dos 92 municípios do nosso estado...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... para estar próximo da população e conseguir conhecer de fato a população.

Eu não posso esquecer também que esta Casa teve uma coisa muito relevante na minha vida pessoal. Foi aqui, no Plenário das Comissões, que eu conheci a minha esposa, como repórter da Câmara, me entrevistando, inclusive sobre a Lei do Gás. E hoje estamos casados há mais de um ano, 1,5 ano praticamente, o que acabou marcando minha vida também para sempre. Independentemente de eu estar aqui, esta Casa vai levar sempre isso comigo com carinho.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Eu sempre digo que entrei aqui nesta Casa com o objetivo de ajudar a mudar a política brasileira. Com certeza, não dá para mudar tudo sozinho. Mas eu acho que a gente deixa um legado, um legado de que é possível fazer política de uma forma diferente.

Apreendi também a saber como fazer a política tradicional, para que a gente também possa fazer com que pautas avancem, mas trazendo uma nova forma de fazer política.

Saio daqui feliz pelo trabalho, contente pelo que a gente fez, com orgulho do trabalho realizado...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... mas sempre com aquele sentimento de que poderíamos ter feito mais.

Agradeço, mais uma vez, a todos vocês. Também não poderia deixar de agradecer ao meu partido, ao Partido Novo, porque foi graças ao Novo que eu entrei na política.

Agradeço, mais uma vez, à equipe da Liderança do Novo, muito qualificada, ao meu gabinete, à Bancada do Novo, a apoiadores, a voluntários.

Eu tive um programa de voluntariado no Rio de Janeiro de que muita gente participou, que foi também mais uma forma de aumentar o impacto do meu trabalho, mas também de fazer com que a população se aproximasse...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... da política.

Agradeço aos doadores de campanha e orgulho-me também daqueles que votaram em mim, votaram em mim em 2018, que me trouxeram para cá, 52.983 votos; e, agora, para Governador, quase 450 mil votos, no Estado do Rio de Janeiro.

Infelizmente, não fui eleito, mas eu acho que passamos uma mensagem, passamos o recado para a população de que dá, sim, para ter esperança e de que dá, sim, para fazer uma política diferente.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado pelo tempo adicional também.

Continuem o bom trabalho!

Que, nos próximos anos, este Parlamento trabalhe a favor da população brasileira.

Muito obrigado.

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pela oradora à Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Insistência da Parlamentar na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2022, para sustação da Resolução nº 23.714, de 2022, do Tribunal Superior Eleitoral, a respeito do enfrentamento à desinformação prejudicial à integridade do processo eleitoral.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obrigada.

Eu compartilho com V. Exas. a notícia de que, hoje, na Comissão Especial da PEC 7, de 2020, que é uma proposta de emenda à Constituição para uma reforma tributária, o meu parecer, como Relatora, foi aprovado à unanimidade, sem contestação. E eu espero que, no próximo ano, a gente possa aprovar, neste Plenário...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... da Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal, essa proposta de emenda à Constituição. É uma reforma tributária de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, que verdadeiramente simplifica o sistema tributário, que desonera a folha de pagamento e que também desonera toda a cadeia produtiva.

Quero também colocar então aqui essa esperança de que possamos...

(Interrupção do som.)

(Interrupção do som.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... com essa proposta que, acredito, seja realmente aquela que mais atende à necessidade e aos anseios da população brasileira.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que nós estamos aguardando também uma postura, uma posição deste Congresso. Nós pedimos muito, insistimos que fosse votado o nosso projeto de decreto legislativo, semelhante ao que existe no Senado, para a suspensão da resolução do TSE que dá amplos poderes ao Ministro Alexandre de Moraes para censurar, bloquear páginas e outras coisas,

como ele tem feito, bloqueado contas, bloqueado até mesmo contas bancárias de pessoas. Então, é muito importante que esta Casa se posicione.

Isso não foi feito neste ano legislativo, e eu quero registrar aqui a minha inconformidade, meu inconformismo, a indignação com o que está acontecendo. Esta Casa...

(Interrupção do som.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) - Para concluir.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Esta Casa está se submetendo aos desmandos de um ministro do TSE, do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigada.
